

**A VIOLÊNCIA CONTRA O NEGRO NO BRASIL E RACISMO
ESTRUTURAL: REFLEXOS DO PASSADO E REPRODUÇÕES
CONTEMPORÂNEAS**

**VIOLENCE AGAINST BLACK PEOPLE IN BRAZIL AND STRUCTURAL
RACISM: REFLECTIONS OF THE PAST AND CONTEMPORARY
REPRODUCTIONS**

Clodoaldo Reis Azarias¹

Luciana Sacomori²

Nara Cristina dos Santos Nunes³

Natan Reis Azarias⁴

Neusa Maria Machado de Oliveira⁵

Simone Emed Alves⁶

Resumo: Este artigo analisa a violência estrutural contra a população negra no Brasil, entendida como herança da escravidão e da colonialidade, que persiste e se reproduz nas práticas sociais contemporâneas. O racismo estrutural manifesta-se na exclusão, discriminação e marginalização, impactando dimensões como trabalho, educação, saúde, segurança e acesso à justiça. O estudo adota metodologia qualitativa e bibliográfica, articulando autores como Silvio Almeida, Achille Mbembe, Aníbal Quijano, Abdias Nascimento, Sueli Carneiro e Milton Santos. A análise demonstra que o racismo estrutural é sustentado por uma lógica histórica e institucional que produz desigualdade e

-
- 1 Doutorando em Estudos Latinos Americanos (UNILA)
 - 2 Especialista em Educação Infantil e Educação Especial (UNIAMÉRICA)
 - 3 Especialista em Educação Especial e Inclusiva (ULBRA)
 - 4 Mestre em Ensino (UNIOESTE)
 - 5 Mestre em Educação (URI)
 - 6 Mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino-Americano (UNILA)

legítimas práticas de violência simbólica e material. Conclui-se que a superação desse quadro demanda políticas públicas efetivas, ações afirmativas e um reposicionamento epistemológico decolonial.

Palavras chaves: negros, racismo, violência

Abstract: This article analyzes structural violence against the Black population in Brazil, understood as a legacy of slavery and coloniality, which persists and reproduces itself in contemporary social practices. Structural racism manifests itself in exclusion, discrimination, and marginalization, affecting dimensions such as labor, education, health, security, and access to justice. The study adopts a qualitative and bibliographic methodology, engaging with authors such as Silvio Almeida, Achille Mbembe, Aníbal Quijano, Abdias Nascimento, Sueli Carneiro, and Milton Santos. The analysis demonstrates that structural racism is sustained by historical and institutional logics that produce inequality and legitimize symbolic and material violence. It concludes that overcoming this scenario requires effective public policies, affirmative actions, and a decolonial epistemological repositioning.

Keywords: black people, racism, violence

INTRODUÇÃO

A violência contra a população negra no Brasil não é um fenômeno episódico ou circunstancial, mas resultado de um processo histórico de longa duração, vinculado à escravidão, à colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) e à persistência de estruturas racistas. Desde a chegada dos africanos escravizados, no século XVI, até os dias atuais, a exclusão racial tem sido um elemento central da formação social brasileira.

A abolição da escravidão, em 1888, não significou integração, mas sim a institucionalização de novas formas de marginalização. Conforme Silvio Almeida (2021), o racismo no Brasil deve

ser entendido de forma estrutural, isto é, como um elemento que organiza a vida social e define oportunidades.

Achille Mbembe (2018), ao discutir a necropolítica, amplia esse diagnóstico ao mostrar como o racismo não apenas exclui, mas regula a vida e a morte, determinando quais corpos podem ser expostos à violência, ao abandono e ao extermínio. Abdias Nascimento (1980), por sua vez, destaca o Quilombismo como alternativa política e cultural à lógica racista, recuperando a memória de resistência da população negra.

Este artigo busca, portanto, compreender como a violência estrutural contra a população negra se constitui historicamente e se reproduz na contemporaneidade, bem como refletir sobre as estratégias de resistência. A metodologia é qualitativa e bibliográfica, centrada no diálogo com autores que problematizam a colonialidade, o racismo estrutural e as formas de resistência negra.

MÉTODO

A pesquisa desenvolvida adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e analítico, com base em levantamento bibliográfico. A escolha desse método justifica-se pela necessidade de compreender a violência estrutural não apenas como dado empírico, mas como construção histórica e discursiva, que exige análise crítica de seus fundamentos.

Foram mobilizadas obras de referência sobre racismo estrutural (Almeida), necropolítica (Mbembe), colonialidade do poder (Quijano), resistência negra (Abdias Nascimento), epistemicídio (Sueli Carneiro) e geografia crítica (Milton Santos), além de contribuições de autores brasileiros sobre educação, desigualdade e exclusão.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Raízes históricas da escravidão e da colonialidade

A violência estrutural contra a população negra no Brasil encontra sua gênese no sistema escravista e na lógica perversa da colonialidade. Para Aníbal Quijano (2005, p. 117), a colonialidade do poder criou um padrão global de dominação que vinculou “a ideia de raça à divisão social do trabalho, estabelecendo uma classificação hierárquica das populações”.

Não se tratou apenas de explorar corpos africanos, mas de estruturar uma matriz epistêmica e cultural que naturalizou a desigualdade, colocando a branquitude como paradigma de humanidade e relegando a negritude à condição de não-ser.

A escravidão, como lembra Marcozzi (2011), foi legitimada por argumentos utilitaristas que apresentavam os africanos como “mais aptos ao trabalho que os indígenas”, convertendo-os em instrumento de acumulação econômica.

Essa lógica foi reforçada por discursos religiosos que associavam a população negra à maldição bíblica de Cam, justificando sua submissão (ALBUQUERQUE, 2009). Assim, consolidou-se uma hierarquia social que vinculava negritude à criminalidade e incapacidade moral, enquanto a branquitude se afirmava como sinônimo de civilização.

Esse legado não desapareceu com a assinatura da Lei Áurea em 1888. Ao contrário, permanece inscrito nas estruturas sociais e nas instituições. Como explica Almeida (2021, p. 42), “o racismo estrutural não é apenas uma herança, mas um modo de funcionamento da sociedade, uma engrenagem que organiza relações e distribui oportunidades”.

A colonialidade extrapola, portanto, o período da escravidão e se manifesta hoje na geografia urbana segregada, nas escolas que silenciam a história africana e afro-brasileira e na violência cotidiana que marca os corpos negros.

Dessa forma, o racismo não pode ser reduzido a um preconceito individual, mas deve ser compreendido como um sistema de poder. Ele é, como define Mbembe (2018, p. 17), “a tecnologia

política que permite expor certos corpos à morte”, seja pela bala, pela fome, pelo encarceramento em massa ou pela negação de direitos básicos.

Escrever sobre esse processo não é apenas um exercício acadêmico. É também testemunhar uma ferida aberta na carne do Brasil, que pulsa em cada estatística de desigualdade, mas também em cada memória de resistência. É olhar para os quilombos que resistem, para os terreiros perseguidos, para as mães negras que choram seus filhos vítimas da violência, e reconhecer que a luta contra a colonialidade é também uma luta pela vida e pela dignidade.

Racismo estrutural no Brasil contemporâneo

O racismo, no Brasil, não pode ser compreendido como acidente histórico nem como resquício de um passado que se recusa a morrer. Ele é, conforme Silvio Almeida (2021, p. 35), “um elemento que estrutura as relações sociais, políticas e econômicas”, funcionando como uma engrenagem invisível que regula quem tem acesso a oportunidades e quem será mantido na margem.

Essa concepção rompe com a visão reducionista do racismo como mera atitude individual, evidenciando-o como lógica de organização da própria sociedade. O que Almeida nos mostra é que o racismo não é exceção: é a regra que garante a permanência dos privilégios.

É ele que determina o perfil das universidades, das empresas, do parlamento, e também o perfil das prisões, dos subempregos e dos mortos pela violência do Estado. No fundo, é um sistema que separa, classifica e hierarquiza, mantendo o privilégio de uns à custa da exclusão de outros.

Sueli Carneiro (2005, p. 97) acrescenta a esse diagnóstico a noção de epistemicídio, que consiste na eliminação simbólica dos saberes produzidos por populações negras e indígenas. O epistemicídio não é apenas a negação do acesso à escola ou à universidade, mas a negação de que a experiência negra possa ser fonte legítima de conhecimento.

Como afirma Carneiro (2005, p. 101), “o racismo não mata apenas os corpos, mas também as possibilidades de pensamento e de produção intelectual dos grupos subalternizados”. Esse silêncio

imposto é parte fundamental da violência estrutural, pois priva gerações de referências identitárias positivas e perpetua o imaginário da inferioridade racial.

Milton Santos (2000), ao analisar a globalização e a produção desigual do espaço, demonstra como a população negra continua confinada às periferias, às favelas e aos territórios marcados pela exclusão. Para ele, o espaço urbano brasileiro é um “mapa de desigualdades” que se articula a partir de critérios de classe e de raça.

Assim, a segregação espacial não é casual: é resultado direto de um projeto histórico que destina aos corpos negros os lugares de menor prestígio, os bairros sem saneamento, os transportes mais precários e as habitações mais vulneráveis.

Essas reflexões nos convocam a enxergar o racismo estrutural como experiência que atravessa não apenas estatísticas, mas vidas concretas. Ele se revela na criança negra que é confundida com delinquente na porta da escola; na mulher negra que, mesmo com diploma, recebe salário inferior ao de colegas brancas; no jovem negro que, ao sair de casa, convive com a sensação de que pode não voltar.

Escrever sobre o racismo estrutural é, portanto, mais do que um exercício acadêmico: é falar de cicatrizes abertas, de uma dor coletiva que insiste em sobreviver ao silêncio. Mas também é falar da potência de quem resiste, de quem produz saberes a despeito do epistemicídio, de quem transforma a periferia em espaço de criação cultural, política e espiritual.

Necropolítica e a gestão da morte

Achille Mbembe (2018) introduz o conceito de necropolítica para designar a capacidade do poder soberano de decidir quem pode viver e quem deve morrer. Se Michel Foucault havia tratado da biopolítica como a gestão da vida, Mbembe (2018, p. 17) mostra que, nas sociedades marcadas pelo colonialismo e pelo racismo, a questão fundamental não é apenas administrar a vida, mas determinar quais corpos serão expostos ao abandono, à violência e à morte.

Trata-se, em suas palavras, de uma “tecnologia de poder que submete a morte à sua lógica e instrumentaliza a destruição como forma de governo”. No Brasil contemporâneo, a necropolítica se expressa de forma brutal. Ela se revela na violência policial que ceifa, de maneira desproporcional, a vida da juventude negra nas periferias urbanas; nos índices alarmantes de encarceramento em massa que fazem das prisões verdadeiros depósitos de corpos racializados; e na negligência do Estado em áreas como saúde, saneamento e moradia.

O mapa da morte não é neutro: ele tem cor, endereço e classe social. Frantz Fanon (1961), em *Os condenados da terra*, já havia antecipado que o racismo opera como um dispositivo de morte. Para ele, o colonialismo produz uma divisão maniqueísta do mundo, onde “o colono fabrica o colonizado como uma espécie de ser maldito” (FANON, 1961, p. 43), justificando sua eliminação ou marginalização.

Essa lógica permanece atual no Brasil, onde a naturalização da violência contra corpos negros indica a persistência de um regime necropolítico. Não se trata apenas de mortes físicas, mas também de mortes sociais e simbólicas. Como afirma Mbembe (2018, p. 41), “a necropolítica é também uma política da destruição lenta”, que se realiza pelo abandono, pela privação de direitos e pela invisibilização das vítimas.

Assim, a juventude negra que não morre pela bala da polícia é frequentemente condenada a morrer lentamente pela fome, pela precariedade do trabalho, pelo desemprego ou pela ausência de assistência médica. Esses processos revelam que o racismo estrutural, quando articulado à necropolítica, transforma o Estado em agente de extermínio.

E, no entanto, escrever sobre isso não é apenas registrar números e estatísticas: é reconhecer os nomes, os rostos, as mães que choram seus filhos, as comunidades que resistem ao genocídio cotidiano. Cada vida perdida é também um projeto de futuro interrompido, um sonho sufocado, uma história que poderia ter sido.

Contudo, a necropolítica não encontra apenas vítimas: encontra também resistência. Movimentos como o Mães de Maio, organizações negras de direitos humanos, coletivos culturais das

periferias e quilombos contemporâneos desafiam a lógica da morte com práticas de cuidado, memória e luta. Eles insistem que vidas negras importam, e que resistir é também um ato de existência.

Quilombismo e resistência negra

Diante de um contexto em que o racismo estrutural e a necropolítica insistem em reduzir a população negra ao não-ser, Abdias Nascimento (1980) propõe o Quilombismo como paradigma político, cultural e espiritual. Mais do que uma lembrança da resistência histórica de Palmares, o quilombo é ressignificado como metáfora e horizonte de uma sociedade alternativa.

Para Abdias (1980, p. 45), “o quilombismo é a filosofia da vida livre”, baseada na solidariedade, na autonomia e na preservação da memória coletiva. Nesse sentido, o quilombo não é apenas uma categoria histórica, mas uma categoria de futuro: um projeto político capaz de inspirar práticas emancipatórias.

É a afirmação de que, em meio à violência e ao extermínio, a população negra construiu espaços de liberdade, onde cultivou cultura, espiritualidade e organização comunitária. Como lembra Nascimento (1980, p. 62), “o quilombo é a mais acabada expressão da democracia racial, social e econômica que já floresceu neste país”.

As comunidades quilombolas contemporâneas, reconhecidas constitucionalmente pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, representam a continuidade dessa tradição de luta. Não se trata apenas de preservar territórios, mas de afirmar modos de vida que resistem à lógica da monocultura, do mercado e do apagamento cultural.

O quilombo é, portanto, espaço de resistência material e simbólica, mas também de produção de alternativas civilizatórias. Sueli Carneiro (2003) amplia esse horizonte ao afirmar que a resistência negra não pode se limitar à preservação cultural: ela precisa disputar espaços de poder e produzir saberes capazes de questionar a hegemonia branca.

Para ela, a luta contra o racismo não se restringe à defesa de territórios, mas exige também

romper com o epistemicídio, isto é, com a exclusão sistemática dos saberes negros do campo do conhecimento. Como escreve Carneiro (2005, p. 100), “a luta das mulheres negras contra o racismo é também uma luta contra o apagamento das nossas vozes, contra o silenciamento das nossas narrativas”.

Dessa forma, o Quilombismo de Abdias e a denúncia do epistemicídio por Carneiro se encontram em uma mesma vocação: a de construir uma sociedade em que a memória negra não seja apenas lembrança, mas fundamento para novas práticas políticas.

Escrever sobre isso é também sentir: é reconhecer que cada quilombo preservado, cada terreiro mantido, cada roda de capoeira ou samba de raiz é uma vitória contra a lógica do apagamento. É admitir que, mesmo diante de séculos de violência, a população negra se recusou a desistir de si mesma.

O quilombo, no presente, é metáfora de reexistência. Ele simboliza a recusa à morte, a invenção de alternativas e a aposta em um futuro em que a democracia seja, de fato, plural. E nesse horizonte, como ensina Abdias Nascimento (1980), o quilombo não é apenas memória: é projeto de humanidade.

Educação, exclusão e epistemicídio

A escola, espaço que deveria ser de emancipação e de abertura para a cidadania plena, tem se constituído historicamente como um dos principais aparelhos de reprodução do racismo estrutural. A educação no Brasil não é um território neutro: ela carrega marcas da escravidão, da colonialidade e da desigualdade social.

Como demonstram Bispo (2021) e Moreira et al. (2022), a exclusão racial manifesta-se na ausência de estudantes negros em determinados espaços de prestígio acadêmico, na evasão escolar precoce e no tratamento diferenciado por parte de professores que, consciente ou inconscientemente, reproduzem estereótipos e preconceitos.

Pierre Bourdieu (1989), ao analisar a função da escola, afirma que o sistema educacional

funciona como aparelho de reprodução das desigualdades sociais. Em sua perspectiva, o capital cultural, herdado majoritariamente pelas classes dominantes, se converte em vantagem escolar, perpetuando a distância entre grupos sociais.

No caso brasileiro, essa reprodução não se dá apenas em termos de classe, mas é profundamente atravessada pela questão racial. Assim, a escola não apenas reflete desigualdades: ela também legitima e reforça o racismo estrutural.

É nesse contexto que Sueli Carneiro (2005) introduz o conceito de epistemicídio, definido como a eliminação e o silenciamento dos saberes produzidos por povos negros e indígenas. Carneiro mostra que o currículo escolar não apenas ignora a história e a cultura negras, mas constrói um imaginário em que o negro é invisível, quando não associado a elementos de atraso e subalternidade.

Para ela, “o racismo não mata apenas corpos, mas também destrói as possibilidades de pensamento e de produção intelectual” (CARNEIRO, 2005, p. 101). Nilma Lino Gomes (2003) reforça essa crítica ao destacar que a construção de uma identidade negra positiva no ambiente escolar é constantemente dificultada pela ausência de referências, pela desvalorização do corpo negro e pelo embranquecimento das práticas pedagógicas.

Para Gomes, “o desafio está em afirmar a identidade negra em uma sociedade que ensina o negro a negar a si mesmo” (GOMES, 2003, p. 5). Essas reflexões dialogam diretamente com pesquisas que tenho desenvolvido em minha trajetória acadêmica, em que analiso como a escola, ao mesmo tempo que reproduz desigualdades, pode se tornar espaço de resistência.

Azarias e Priotto (2023), observa que professores, mesmo reconhecendo a importância da inclusão racial, ainda carecem de formação crítica para lidar com a temática da negritude em sala de aula. O silêncio diante das questões raciais, muitas vezes, perpetua a exclusão simbólica e subjetiva dos estudantes negros.

Assim, a educação se torna terreno estratégico na luta contra o racismo estrutural. Se, de um lado, ela reproduz o epistemicídio e a exclusão, de outro, também pode ser transformada em espaço de ressignificação, onde o currículo se abre à diversidade e reconhece as contribuições das populações

negras e indígenas.

A implementação da Lei 10.639/2003, que torna obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, representa um marco nessa direção, mas sua efetivação ainda enfrenta resistências institucionais e culturais.

Escrever sobre educação nesse contexto é também falar de sentimentos: do aluno negro que se olha no espelho e não se vê representado nos livros; da mãe que acompanha o filho e percebe o quanto a escola o cala; do professor que, mesmo sem formação adequada, tenta abrir brechas para o reconhecimento da história negra. É, sobretudo, falar de luta: da certeza de que a transformação da escola é condição indispensável para a transformação da sociedade.

Racismo ambiental e desigualdade socioespacial

Outra dimensão da violência estrutural contra a população negra e indígena no Brasil manifesta-se no que tem sido denominado racismo ambiental. Trata-se do processo pelo qual comunidades racializadas e periféricas são expostas de forma desproporcional a riscos ambientais, enchentes, deslizamentos, ausência de saneamento básico, poluição e precarização do acesso a recursos naturais essenciais. O território, assim como o corpo, torna-se alvo de violência racializada.

Milton Santos (1997, p. 88), em sua análise sobre a urbanização desigual no Brasil, já denunciava que o espaço urbano é produzido a partir de uma lógica que “não é neutra, mas seletiva, hierarquizante e profundamente desigual”. Em outras palavras, a urbanização brasileira não distribui oportunidades: ela segrega, organiza privilégios e destina à população negra e pobre os territórios mais vulneráveis.

Assim, a cidade não é apenas cenário, mas instrumento da perpetuação das desigualdades. Esse fenômeno evidencia a intersecção entre raça, classe e geografia. Como explica Acselrad (2004), o racismo ambiental não se reduz à exposição diferenciada a riscos, mas envolve também a negação do direito à participação política na definição de políticas ambientais e urbanísticas.

Os grupos mais atingidos são justamente aqueles com menor representação institucional e com menos condições de reivindicar seus direitos. Azarias et al (2024), destaca como o racismo ambiental se revela no cotidiano das periferias brasileiras, em que populações negras são sistematicamente relegadas a espaços de risco, sem acesso a infraestrutura básica.

Tais territórios, embora invisibilizados nas políticas públicas, revelam a persistência de uma lógica de segregação socioespacial que articula a herança colonial às práticas urbanas contemporâneas. Trata-se, portanto, de um prolongamento da colonialidade do poder no espaço urbano.

A experiência brasileira confirma que o espaço não é neutro, mas racializado. Cada enchente que arrasta casas em comunidades negras, cada deslizamento que atinge favelas, cada criança sem acesso a água potável é resultado de uma escolha política, não de uma fatalidade natural. Como afirma Bullard (2000), um dos pioneiros na discussão sobre justiça ambiental, “não existe neutralidade na distribuição de riscos ambientais; há um padrão de injustiça que reflete estruturas de poder e desigualdade racial”.

Escrever sobre racismo ambiental, portanto, é também sentir: é ouvir as vozes das mulheres negras que, nas periferias, denunciam a ausência de saneamento; é perceber a luta das comunidades quilombolas e indígenas que defendem seus territórios contra a devastação ambiental; é reconhecer que cada árvore derrubada, cada rio poluído, cada encosta desmoronada recai com mais força sobre os corpos negros e pobres.

Mas é, sobretudo, afirmar que, mesmo diante desse quadro, surgem práticas de resistência: hortas comunitárias, coletivos ambientais negros, movimentos por moradia digna. Esses espaços de luta revelam que resistir ao racismo ambiental é também insistir na vida e na dignidade.

Caminhos de emancipação

Superar a violência estrutural contra a população negra exige mais do que o reconhecimento de sua existência: implica transformar radicalmente as bases sociais, culturais, políticas e epistemológicas

que a sustentam. Não se trata apenas de políticas paliativas, mas de uma mudança estrutural que desmonte as engrenagens do racismo.

Programas de cotas raciais, ações afirmativas e políticas públicas direcionadas são passos importantes, mas precisam vir acompanhados de uma mudança cultural profunda, capaz de romper com os imaginários coloniais e de valorizar a centralidade da experiência negra na construção do Brasil.

Achille Mbembe (2018, p. 59) propõe que a luta antirracista deve romper com a lógica necropolítica, construindo uma política da vida que “faça florescer o que a política da morte tentou destruir”. Romper com a necropolítica, no contexto brasileiro, significa enfrentar o genocídio da juventude negra, o encarceramento em massa e a violência policial.

Significa, também, reconstruir as instituições de forma a reconhecer que vidas negras importam não como slogan, mas como princípio ético e político. Abdias Nascimento (1980, p. 65) aponta o Quilombismo como modelo civilizatório alternativo, em que a solidariedade, a autonomia e a memória se tornam fundamentos de um novo projeto social.

Fortalecer os quilombos, sejam eles territoriais ou simbólicos, é reconhecer que neles reside não apenas a resistência, mas também a utopia de uma sociedade plural, em que a democracia se faz no cotidiano das relações comunitárias.

Sueli Carneiro (2005) insiste na necessidade de combater o epistemicídio, revalorizando saberes, narrativas e cosmologias negras e indígenas. Para ela, a emancipação não virá apenas do acesso às instituições já existentes, mas da criação de novos espaços de enunciação, onde as vozes historicamente silenciadas possam ressoar.

Como lembra Carneiro (2005, p. 103), “a luta contra o racismo é também a luta contra o apagamento das nossas memórias e da nossa produção de conhecimento”. Na perspectiva de Milton Santos (2000), a luta contra a desigualdade passa pela disputa dos espaços urbanos. Ele nos lembra que o território não é neutro, mas campo de batalha, onde se definem acessos, privilégios e exclusões.

Tornar a cidade mais justa e inclusiva significa não apenas garantir habitação digna, transporte

e saneamento, mas reconhecer que os corpos negros têm direito ao espaço urbano em condições de cidadania plena.

Esses caminhos apontam para um horizonte decolonial e emancipador, em que a justiça racial não será apenas reparação do passado, mas construção ativa de um futuro diferente. A emancipação da população negra no Brasil exige articular políticas públicas, movimentos sociais, produção intelectual e espiritualidades afro-brasileiras em um mesmo projeto de vida.

Pois, se a colonialidade produziu a morte, cabe à luta antirracista afirmar a vida em todas as suas dimensões: no corpo, no território, na memória e no espírito. Escrever sobre caminhos de emancipação é também afirmar uma esperança encarnada.

É acreditar que cada estudante negro que entra na universidade, cada comunidade quilombola que conquista sua titulação, cada jovem que resiste à violência cotidiana, cada terreiro que mantém sua tradição viva, todos eles são sinais de que outro Brasil é possível.

Um Brasil em que a cor da pele não defina o destino, mas em que a pluralidade seja reconhecida como riqueza. Um Brasil em que a memória da dor se transforme em força de resistência e em projeto de futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida demonstrou que a violência estrutural contra a população negra no Brasil não é um acidente histórico, mas um processo de longa duração, marcado pela escravidão, pela colonialidade e pela reprodução contínua de práticas racistas nas instituições contemporâneas.

O racismo estrutural, sustentado por mecanismos econômicos, sociais, culturais e políticos, nega à população negra o direito pleno à cidadania e perpetua desigualdades que se expressam nos mais diversos âmbitos da vida social.

Autores como Aníbal Quijano, Silvio Almeida, Achille Mbembe, Abdias Nascimento, Sueli Carneiro e Milton Santos foram fundamentais para a compreensão da complexidade desse fenômeno.

Suas contribuições revelam como a dominação material, o controle simbólico, o epistemicídio e a exclusão territorial formam uma engrenagem articulada de opressão. Mas esses mesmos referenciais também iluminam horizontes de resistência e emancipação.

Ao longo da história, o povo negro não foi apenas vítima: foi sujeito de luta. Dos quilombos à atualidade, das comunidades de terreiro às universidades, dos movimentos sociais às artes, a resistência negra reafirma diariamente o valor da vida e da dignidade.

Como lembra Abdias Nascimento (1980), o quilombo não é apenas memória do passado, mas projeto de futuro. Essa reexistência se traduz na construção de alternativas políticas, culturais e espirituais que desafiam a lógica da morte.

Superar o racismo estrutural demanda ações integradas que articulem políticas públicas efetivas, ações afirmativas e transformações culturais e epistemológicas profundas. Não basta legislar; é preciso transformar a cultura política, os currículos escolares, os imaginários sociais. Como alerta Sueli Carneiro (2005), a luta é também contra o epistemicídio, contra o apagamento das vozes e dos saberes negros.

Trata-se, portanto, de uma luta que não se limita ao plano jurídico ou institucional, mas que exige repensar os fundamentos da sociedade brasileira a partir de uma perspectiva decolonial. É necessário romper com a necropolítica que naturaliza a morte de jovens negros, disputar os espaços urbanos que continuam racializados e reconfigurar as estruturas de poder que silenciam memórias e narrativas.

Encerrar este texto é também assumir uma posição: escrever sobre a violência estrutural contra a população negra é um gesto político e existencial. É testemunhar as feridas abertas pela escravidão, mas também celebrar as sementes de resistência plantadas nos quilombos, nas periferias, nos terreiros, nas universidades. É afirmar que vidas negras importam não como retórica, mas como princípio ético inegociável.

O horizonte que se desenha é o de um Brasil que reconhece sua dívida histórica e aposta na pluralidade como fundamento de uma democracia real. Como dizia Milton Santos (2000), a

construção de um futuro justo passa pela “reinvenção da política e do espaço”, e, eu acrescentaria, pela reinvenção da própria humanidade. Pois, se a colonialidade produziu a dor, cabe à luta negra produzir vida, dignidade e esperança.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra. O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. Companhia das Letras. São Paulo, SP, 2021.

ASCELRAD, Henri. As práticas do racismo ambiental. UFRJ. Rio de Janeiro, RJ, 2004.

AZARIAS, Clodoaldo Reis; PRIOTTO, Elis Maria Teixeira. “Educação antirracista e exclusão escolar”. Revista ReUnina, v. 12, n. 2, 2023.

AZARIAS, Clodoaldo Reis; AZARIAS, Natan Reis; OLIVEIRA, Neusa Maria Machado de; NUNES, Nara Cristina dos Santos. Racismo ambiental no Brasil: desafios históricos e contemporâneos para a justiça ambiental e a formulação de políticas públicas. Revista Eletrônica Amplamente, jan. 2025. DOI: 10.47538/RA-2025.V4N2-31.

BISPO, Antonio. Colonialismo, quilombos e lutas por justiça social. Editora Autonomia Literária. Brasília, DF, 2021.

BOURDIEU, Pierre. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. : Editora Francisco Alves. Rio de Janeiro, SP, 1989.

BULLARD, Robert. Dumping in Dixie: Race, Class, and Environmental Quality. Boulder: Westview Press, 2000.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser: o conceito de epistemicídio. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. Editora Cortez. São Paulo, SP, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. Selo Negro Edições. São Paulo, SP, 2003.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, RJ, 1961.

GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Editora Autêntica. Belo Horizonte, MG, 2003.

MARCOZZI, Antonio. A legitimação da escravidão: religião, direito e economia no Brasil colonial. Editora Contexto. São Paulo, SP, 2011.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Editora n-1 edições. São Paulo, SP, 2018.

MOREIRA, Adilson et al. “Educação e desigualdade racial no Brasil: desafios contemporâneos”. Cadernos de Pesquisa, v. 52, n. 183, 2022.

NASCIMENTO, Abdias. O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista. Editora Vozes. Petrópolis, RJ, 1980.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO. Buenos Aires, Argentina, 2005.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Grupo Editorial Record. Rio de Janeiro, RJ, 2000.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. Hucitec. São Paulo, SP, 1997